



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARCELO RAPHAEL BERNARDO NASCIMENTO

**AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA E NO SICONFI
NA ÓPTICA DOS GESTORES DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÁBEIS NA ÁREA MUNICIPAL**

Orientadora: Profa. Dra. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes

Co -orientador: Joaquim Osório Liberalquino Ferreira

**Recife
2023**

MARCELO RAPHAEL BERNARDO NASCIMENTO

**AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA E NO SICONFI
NA ÓPTICA DOS GESTORES DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÁBEIS NA ÁREA MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador (a): Christianne Calado Vieira de Melo Lopes
Coorientador (a): Joaquim Osório Liberalquino Ferreira

Recife

2023

MARCELO RAPHAEL BERNARDO NASCIMENTO

**AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA E NO SICONFI
NA ÓPTICA DOS GESTORES DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÁBEIS NA ÁREA MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 11 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a).Christianne Calado Vieira de Melo Lopes
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Joaquim Osório Liberalquino Ferreira
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. João Antonio da Costa Neto
Universidade Federal de Pernambuco

**Recife
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nascimento, Marcelo Raphael Bernardo.

AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA E NO
SICONFI NA ÓPTICA DOS GESTORES DE UMA EMPRESA DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA ÁREA MUNICIPAL / Marcelo
Raphael Bernardo Nascimento. - Recife, 2023.

41, tab.

Orientador(a): Christianne Calado Vieira de Melo Lopes

Cooorientador(a): Joaquim Osório Liberalquino Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, , 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. SICONFI. 2. Contabilidade pública. 3. Normas contábeis do setor
público. 4. Estudo de caso. I. Lopes, Christianne Calado Vieira de Melo.
(Orientação). II. Ferreira, Joaquim Osório Liberalquino. (Cooorientação). III. Título.

350 CDD (22.ed.)

DEDICATÓRIA

A minha amada namorada Sabrina Lapa e meu querido amigo Marsel Antônio, obrigado pelo carinho e apoio imensurável em busca dos meus objetivos, vocês foram essenciais para poder alcançar meus objetivos. Meu muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Durante este percurso tenho várias pessoas a agradecer. A minha mãe pelo amor, carinho e pelo exemplo de educação que me proporcionou , que hoje reflete no ser humano que me tornei.

A meu pai Marcelino, minhas avós Janira e Lúcia, minha tia Marcela que são pessoas essenciais na minha vida.

A professora Christianne Calado e o professor Joaquim Osório Liberalquino Ferreira por todo pelas excepcionais aulas ministradas e pelos ensinamentos metodológicos e científicos.

A Banca Examinadora por sua disponibilidade, sua dedicação, suas críticas e seus elogios ao trabalho apresentado.

A Sociedade Comercial de Assistência Municipal que me proporciona a oportunidade de entrevistá-los e poder seguir com este trabalho.

Ao professor que me ensinou sobre a matéria: Fernando Gentil, e aos contadores Gustavo Cruz e Paulo Eduardo, pelos ensinamentos contábeis do setor público que levarei por toda minha vida profissional.

A turma da graduação que me ajudou a chegar ao final dessa caminhada, com incentivos, força e principalmente transmitindo conhecimento para que a cada aula pudéssemos superar novos desafios, são eles: Rafaela Vieira, Beatriz Barbosa, Thaís Moura, Ivson, Lucas Ferreira.

Aos meus amigos e a minha família que são pessoas únicas para mim. E, a Deus por toda força, sabedoria, saúde e disciplina nos dias sem inspiração e força para continuar esta jornada.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar as experiências vivenciadas a partir das mudanças históricas ocorridas na contabilidade pública e do SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), na percepção dos gestores de uma empresa de prestação de serviços contábeis na área municipal. A metodologia utilizada teve início com uma pesquisa bibliográfica para compreender os conceitos relacionados com a área pública, assim como suas respectivas normas, portarias e sistemas utilizados ao decorrer das décadas. A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, bem como se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva. O roteiro de entrevista aplicado foi redigido com base no referencial teórico levantado, após isso, passou por um processo de validação de um docente e profissional atuante na área contábil pública com mais de 30 anos de experiência. Para coleta de dados foi realizada três entrevistas, uma com o sócio e mais dois gestores na Sociedade Comercial de Assistência Municipal (escritório contábil), cujo foco de trabalho busca fornecer consultoria e assessoria contábil para municípios da Zona da Mata Norte, do estado de Pernambuco. Os resultados evidenciaram que as mudanças ocasionadas pela implementação de normas e de tecnologias, ocasionaram uma facilidade na realização das tarefas e diminuição na ocorrência de erros. Outro achado do estudo mostra que a implementação do SICONFI trouxe um aumento na transparência nas contas públicas, aumento nos custos por conta dos sistemas adquiridos, bem como a inserção dos funcionários em novos treinamentos. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para evidenciar que as transformações trazidas pelo SICONFI e implantação de normas na contabilidade aplicada ao setor público, na percepção dos profissionais contábeis entrevistados evidenciaram a importância das mudanças feitas pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) afim de ter contribuir para um maior nível de transparência nas contas públicas.

Palavras-chaves: Contabilidade pública, estudo de caso, SICONFI, Normas contábeis do setor público.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the experiences from the historical changes in public accounting and the SICONFI (Accounting and Fiscal Information System of the Brazilian Public Sector), as perceived by the managers of a company that provides accounting services in the municipal area. The methodology used started with a bibliographic research to understand the concepts related to the public area, as well as their respective norms, ordinances and systems used throughout the decades. The research presented a qualitative approach, and is characterized as exploratory and descriptive. The interview script applied was written based on the theoretical reference raised, after which it underwent a validation process by a teacher and professional active in the public accounting area with over 30 years of experience. For data collection three interviews were conducted, one with the partner and two other managers in the Commercial Society of Municipal Assistance (accounting office), whose focus of work seeks to provide consulting and accounting advice to municipalities in the Northern Forest Zone of the state of Pernambuco. The results showed that the changes caused by the implementation of standards and technologies, caused an ease in performing tasks and a decrease in the occurrence of errors. Another finding of the study shows that the implementation of SICONFI brought an increase in the transparency of public accounts, an increase in costs due to the systems acquired, as well as inserting employees in new training courses. Thus, the research contributed to evidence that the transformations brought about by SICONFI and the implementation of standards in accounting applied to the public sector, in the perception of the accounting professionals interviewed, show the importance of these changes made by the STN (National Treasury Secretariat) and the CFC (Federal Accounting Council) in order to have a higher level of transparency in public accounts.

Keywords: public accounting, case study, SICONFI, Public sector accounting standards.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CNM: Confederação Nacional dos Municípios

IPSASB: Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (sigla traduzida)

LDO: Lei das Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

PPA: Plano Plurianual

LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC-TSP: Normas Técnicas - Setor Público

RGF: Relatório de Gestão Fiscal

RREO: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados

SICONFI: Sistemas de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

SISTN : Sistema de Coleta de Dados Contábeis

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Caracterização do problema	8
1.2 Problema da pesquisa	9
1.3 Justificativa	10
1.4 Objetivos	11
1.4.1 Objetivo geral	11
1.4.2 Objetivos específicos	11
2. METODOLOGIA	12
2.1 Tipo de pesquisa	12
2.2 Método de pesquisa	12
2.3 Delimitação da pesquisa	12
2.4 Abordagem da pesquisa	13
2.5 Instrumentos de validação	14
2.6 Coleta de dados	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1 Início Da Contabilidade Pública No Brasil	16
3.2 Fatos Históricos Dos Relatórios Públicos Antes Do Siconfi	18
3.3 Convergência Das Normas Contábeis Internacionais E Implantação Do Siconfi	19
4. RESULTADO DA PESQUISA	23
4.1 Identificação do perfil dos entrevistados e do escritório	23
4.2 Fatos históricos dos relatórios públicos antes do SICONFI	24
4.3 Implantação das normas contábeis e do SICONFI	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6. REFERENCIAIS	29
APÊNDICE 1 - Roteiro da Entrevista	

APÊNDICE 2- Termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A contabilidade é um instrumento utilizado na avaliação financeira de uma organização empresarial com intuito de controlar o patrimônio e os indicadores de desempenho, e oferecer informações para a continuidade das entidades. Esta ciência é bastante antiga, ao ponto de ser utilizada desde o início da sociedade humana por meio da simbolização de objetos e seres vivos por meio da escrita (IUDÍCIBUS, 2010) e na contabilidade pública não é diferente, todavia o seu foco principal é gerar informações sobre as gestões dos governos e os serviços prestados à sociedade como o intuito de promover o bem-estar social.

Com a vinda da família real portuguesa em 1808, que teve como objetivo garantir a independência de Portugal. Houve o início do monitoramento do patrimônio, com isso os primeiros indícios da contabilidade pública, de tal maneira que o rei era o único indivíduo que usufruía da contabilidade, a expunha em uso com o objetivo de controlar a riqueza do seu reino (COCHRANE,2003). Com a presença da família real, foram implantados os primeiros controles e obrigatoriedade de escrituração e geração de relatórios contábeis.

Houve também a criação do primeiro curso de técnicas comerciais no território brasileiro que era chamado de aula de economia política, um curso em um nível técnico ao ensino fundamental, que tinha como objetivo preparar os contadores (chamados de guarda-livros) para comércio exterior (GATTINI, 2004). Destarte, em 1870 após a divulgação do Decreto Imperial nº 4.475, houve o reconhecimento oficial da Associação dos Guarda-Livros da corte, transformando os guarda-livros em uma das primeiras profissões regulamentadas no Brasil (LÉON, 2022).

Além disso, é necessário analisar que entre 1950 e 1960 os profissionais contábeis no Brasil ainda eram conhecidos como “guarda-livros”, no qual estes escrituravam e mantinham em ordem os livros mercantis das empresas comerciais (MEDEIROS, 2022). Em 1964, a com a Lei federal nº4.320/1964, que implantou normas de direito financeiro com o intuito de evidenciar a política econômica financeira (BRASIL, 1964).

À vista disso, outro marco importante para a organização dos municípios e a contabilidade pública brasileira foi o ofício de 1980 que por meio dele houve a criação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade criada com o intuito de haver uma

consolidação do movimento municipalista fortalecendo a autonomia dos municípios (LIMA , 2012). Em 2000, houve a criação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que visava o controle dos gastos dos entes, mantendo a capacidade de arrecadação de tributos, respeitando os limites de despesa e cumprindo as metas orçamentárias. Isto proporcionou o aprimoramento do controle, que avalia o desempenho da execução orçamentária do profissional contábil, transformando o entendimento mais fácil para o usuário e proporcionando ao gestor público modelos de avaliação de desempenho mais abrangentes (BRASIL, 2000).

Dessa maneira, como forma de aprimorar a contabilidade pública no Brasil, foi implementado por meio do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Resolução CFC 1.128/08 as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-TSP), pois os regulamentos da contabilidade pública brasileira da data de 1964, não refletia os avanços pelos quais passou a contabilidade e a data sociedade do período (CFC, 2016).

Em 2012, com o objetivo de modernizar as práticas contábeis aplicadas ao setor público, foi implementado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) ferramenta destinada para o recebimento de informações contábeis, facilitando a produção e análise de informações contábeis e fiscais de todos os Municípios, Estados e da União. Este sistema é uma ferramenta para melhorar a transparência da gestão pública, auxiliando os gestores na tomada de decisão e estimulando o exercício da cidadania através do controle social. Um dos seus principais focos é de que haja a integração contábil orçamentária, com a patrimonial, a fim de uma contabilidade pública moderna voltada a ser uma aliada dos gestores públicos, permitindo-os um controle financeiro das diferentes instâncias administrativas e, conseqüentemente, o fornecimento de informações mais precisas e confiáveis (SERPRO, 2013).

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

É importante destacar que em 2008, a partir da NBC T 16.1, foi implementado o modelo contábil utilizado para construção e estruturação das diretrizes que objetiva explicitar a padronização das normas contábeis, a partir do padrão internacional. Com isso, Feijó (2013) afirma que esse modelo implantado foi conduzido e estruturado por diretrizes que objetivam explicitar a padronização das normas, criado para recuperar a essência da contabilidade aplicada ao setor público, dando o foco ao patrimônio público (CFC, 2009).

Esta convergência tinha como objetivo a modernização dos métodos contábeis, possibilitando a criação de informações úteis para o apoio à tomada de decisão e, também, ao processo de prestação de contas e controle social. Além disso, permitiu a consolidação das contas nacionais, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional, baseado em procedimentos e registros padronizados utilizados pelos entes da Federação (FEIJÓ, 2013).

Dessa forma, a contabilização em órgãos públicos, como prefeituras, passou a ser feita de maneira sistemática por meio de sistema que integram o gerenciamento e processamento e são atualizados de acordo com as Portarias, instruções e resoluções do Brasil, de responsabilidade da Secretaria de Tesouro Nacional (CHELÁ, 2014).

Na área de sistemas, uma das principais mudanças após a LRF foi o SICONFI criado para melhorar a produção e a análise de informações fiscais e contábeis, assim padronizando as consolidações e elevando o nível de confiabilidade destas informações (SERPRO, 2013). Com isso, Lima (2012) reitera que a CNM iniciou mudanças na contabilidade pública municipal, na qual teve como objetivo a melhor fiscalização para a adoção de novos procedimentos a fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade e aos padrões estabelecidos pelo governo federal. Sendo assim, a pesquisa propõe-se a responder a seguinte questão: Quais experiências foram vivenciadas a partir das mudanças históricas ocorridas na contabilidade pública e do SICONFI, na percepção dos gestores de uma empresa de prestação de serviços contábeis na área municipal?

1.3 JUSTIFICATIVA

Em consonância com o Tribunal de Contas de Mato Grosso (2011) a contabilidade pública possui suas particularidades que a diferenciam, independente do controle da execução do Orçamento Público, no qual através dos seus respectivos registros contábeis às receitas e despesas públicas auxiliam os órgãos de controle e a sociedade analisar a atuação governamental.

Além de idealizar as mudanças geradas na vida social e econômica da sociedade, reconhecendo assim, a importância de reconhecer o passado proporciona um melhor entendimento do presente e alavanca novas ideias para o futuro, dessa maneira buscar a história da contabilidade pública é imprescindível, trazendo o pensamento de Carnegie (2015), uma compreensão do passado pode contribuir para melhorar a nossa compreensão da natureza, papel, usos e impactos da contabilidade de hoje e contribuir com informação que

ajude no processo de tomada de decisões respeitantes aos desenvolvimentos contabilísticos de amanhã.

Além disso, o SICONFI foi criado com o intuito de tornar a transmissão de informações contábeis mais eficiente, buscando ter uma maior transparência e compreensão das informações (BRASIL, 2023). Dessa forma, é necessário analisar se estas implementações trouxeram apenas benefícios no âmbito contábil, é necessário compreender a mudanças que estas inovações trouxeram não apenas na elaboração dos relatórios, mas também na vida do profissional contábil de uma forma geral.

Dessa forma, é necessário analisar os efeitos ocasionaram, pois ao pesquisar sobre o problema foram observados poucos trabalhos acadêmicos voltados para contabilidade pública. Com isso, este trabalho tem como objetivo atrair atenção para o tema e compreender as mudanças ocorridas na óptica de gestores de uma empresa de assistência municipal.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as experiências vivenciadas a partir das mudanças históricas ocorridas na contabilidade pública e do SICONFI, na percepção dos gestores de uma empresa de prestação de serviços contábeis na área municipal.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de alcançar os objetivos pretendidos, a pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos:

- Identificar como era o processo de elaboração dos relatórios contábeis na área pública;
- Identificar como os profissionais contábeis vivenciaram as mudanças com a implementação das normas contábeis com foco no setor público.

2.METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Neste estudo foi utilizado como forma de elaboração uma pesquisa documental, com o objetivo de realizar da melhor maneira os objetivos apresentados na pesquisa. Dessa forma, de acordo com Gil (2002) a pesquisa documental condiz a todos os dados coletados, seja de forma verbal, escrita ou vista. Este trabalho busca averiguar as mudanças ocorridas na contabilidade pública por meio das Portarias, normas e resoluções contábeis implementadas pela STN e pelo CFC.

2.2 MÉTODO DA PESQUISA

Conforme ressaltam Collis e Hussey (2005), ao se referir a metodologia, pode-se ter uma visão de forma ampla que se trata de um desenvolvimento de pesquisa, começando pela base teórica até a coleta e análise de dados.

A metodologia aplicada nesta pesquisa, segundo Gil (1991, p.45), é classificada como "exploratória", porque tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

A abordagem geral desta pesquisa pode-se observar que é indicada como um paradigma fenomenológico, ou seja, na demonstração dos dados apresentados, pois dados qualitativos desta pesquisa foram elaborados, sendo utilizadas pequenas amostras e que podem ser propagadas de uma perspectiva para outra. Havendo uma colocação natural e seu interesse pela constituição de teorias. (COLLIS e HUSSEY, 2005).

2.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de demonstrar, através desta pesquisa vigente o estudo de caso, buscou-se analisar e entender quais as mudanças na contabilidade pública no ponto de vista de uma empresa de assistência municipal. O critério de escolha da empresa foi o de acessibilidade , pelo motivo de a Sociedade Comercial de Assistência Municipal (escritório contábil), ser a única sociedade municipal do município de Carpina, cujo foco de trabalho busca fornecer consultoria e assessoria contábil para municípios da Zona da Mata Norte, do estado de Pernambuco. Os dados analisados foram coletados por meio da entrevista realizada no escritório com um dos sócios e dois gerentes.

2.4 ABORDAGEM DA PESQUISA

Esse estudo é caracterizado como um estudo de campo com abordagem qualitativa que de acordo com MINAYO (2002) é aquele que possui o intuito de explicar e responder questões de cunho singular e subjetivo, lidando assim “com o universo de significados” de uma determinada realidade.

2.5 INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO

Em princípio foi realizada uma observação participante por parte do pesquisador que tem como finalidade ter um contato direto entre o pesquisador e o caso a ser observado para adquirir informações sobre a realidade social em seus próprios contextos (MINAYO et al., 2002, p.59). Em conseguinte, executou-se uma entrevista aberta com perguntas condutoras que se encontram no Apêndice 1 do trabalho, que de acordo com os autores supracitados, a entrevista aberta proporciona uma fala livre e aberta dos participantes com perguntas do pesquisador para maior aprofundamento ao objetivo do trabalho.

2.6 COLETA DE DADOS

Como instrumento para coleta de dados, utilizou-se um questionário dividido em 3 seções, nos quais são compostas de 16 questões abertas (apêndice I). A aplicação foi realizada na Sociedade Comercial de Assistência Municipal Ltda, no município de Carpina, empresa com mais de 30 anos de fundação. De início realizou-se uma reunião com a equipe da empresa, no qual se fez um levantamento da quantidade de profissionais contábeis aptos a participarem da entrevista (integrantes da empresa com mais de dez anos de experiência) .

Foi feito um levantamento de perguntas, a partir da leitura e análise das normas e leis voltadas para o setor público com o intuito de identificar eventuais questões para a pesquisa. Dessa forma, foi elaborado o roteiro semiestruturado para a entrevista. Os tópicos e perguntas foram criados a partir de questões pertinentes sobre as mudanças ocasionadas na contabilidade pública na óptica de uma sociedade de assistência municipal.

O levantamento aconteceu junto aos funcionários de uma sociedade de assistência municipal. O roteiro utilizado foi alicerçado nos objetivos da pesquisa, as questões foram agrupadas em três seções: identificação do perfil dos funcionários da sociedade de assistência municipal, fatos históricos na contabilidade pública antes do SICONFI e fatos históricos a partir das novas normas contábeis do setor público.

Após a elaboração do roteiro de entrevista, foi enviado através de e-mail a consulta a respeito da validação deste instrumento. O convite ao docente ocorreu a partir do seu notório conhecimento, na área acadêmica e profissional, ministrando a disciplina de Contabilidade aplicada ao setor público e atuando como Auditor da Fazenda Estadual. Com a análise do roteiro, o docente sugeriu que fossem acrescentados alguns ajustes e acréscimos em algumas seções e perguntas. Todas as sugestões foram incorporadas ao roteiro.

O roteiro serviu de base para a conversa entre três profissionais da empresa: a sócia diretora administrativa, o gerente da empresa e o contador afiliado, todos graduados em Ciências Contábeis. A escolha dos profissionais se deu por sua experiência na prestação de serviços contábeis.

O roteiro da entrevista foi estruturado com base nas categorias e subcategorias definidas conforme quadro 01, a seguir:

QUADRO 1- Objetivos das seções apresentadas

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS EMPRESÁRIOS E DO ESCRITÓRIO.	<ul style="list-style-type: none"> - Escolaridade; - Tempo de atuação na contabilidade pública; - Composição de funcionários do escritório.
FATOS HISTÓRICOS DOS RELATÓRIOS PÚBLICOS ANTES DO SICONFI	<ul style="list-style-type: none"> -Analisar mudanças para cumprir o novo padrão de contabilidade do setor público; - Analisar a importância da CNM; - Alterações com a implantação do SICONFI; - Vantagens e desvantagens da implementação do SICONFI; -Mudanças observadas com a automatização da contabilidade;.
FATO HISTÓRICO: IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de assistência técnica ofertada pelo fornecedor dos sistemas/aplicativos/ferramentas digitais utilizadas; - Setores da empresa utilizam processos automatizados; - Tipo de treinamento sobre automação para a equipe; - Importância das normas internacionais

	de contabilidade pública (IPSAS); - Tipo de acompanhamento dos resultados alcançados a partir da implementação;
--	--

Fonte: Elaboração própria

A entrevista aconteceu no dia 12 de abril de 2023, de forma presencial, no escritório de contabilidade e durou aproximadamente 1 hora e 15 minutos. Houve uma breve introdução a respeito dos objetivos da pesquisa, a partir dos quais se deu a elaboração das perguntas. A conversa foi gravada e registrada por escrito, posteriormente revisada por eles com autorização para publicação.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 INÍCIO DA CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL

A história contábil pública no Brasil inicia-se em 1530 com a inauguração das primeiras alfândegas, que representavam um aprimoramento no controle contábil da coroa portuguesa. Além disso, em 1679, por meio da Carta Régia foi instituída a criação da Casa de Contos, que era o local responsável por processar e fiscalizar as receitas e despesas da coroa portuguesa (REIS; SILVA, 2007).

Após o ciclo do pau-brasil, do ouro e da cana-de-açúcar, foi o momento histórico no qual começou a haver uma ênfase na preocupação com o cuidado do controle das riquezas da coroa portuguesa, dessa forma, criando a Casa de Fundição e da Moeda no município de Vila Rica, objetivando uma melhora na cobrança dos tributos e a diminuição da sonegação de impostos (BUESA, 2010).

Diante disso, em 1808, houve um dos principais acontecimentos contábeis no Brasil, foi a vinda da Família Real ao Brasil, que como consequência iniciou a contabilidade pública no país. Como afirma Reis e Silva (2007), esta vinda beneficiou a colônia com um amplo desenvolvimento socioeconômico, têm-se como exemplo: o descerramento dos portos às nações amigas, no qual o Brasil iniciou a comercialização de produtos com outros países, sendo o principal deles Portugal. Além da criação do primeiro banco nacional, no qual deu origem a emissão do papel moeda, mas, foi fechado após um ano por conta do déficit nos cofres públicos.

Em destarte, Reis e Silva (2007), afirmam que com a vinda da família Real, houve um incremento do desenvolvimento econômico além da expansão das atividades coloniais, acarretando um aumento das despesas, o que obrigou um controle mais rígidos das contas públicas. Em 1808, D. João VI aprovou um alvará que criava o Conselho da Fazenda, como intuito unificar a arrecadação e a administração da fazenda real. Dessa forma, estabeleceu-se regras contábeis, que determinavam a utilização das partidas dobradas, que já era utilizada em Portugal.

Em 1914, a falta de um investimento do governo brasileiro foi motivo de vergonha nacional, pois esta falta de investimentos na elaboração de dados financeiros fez com que a Inglaterra negasse conceder empréstimos ao Brasil. O fator decisivo para esta negativa britânica foi o ministro da Fazenda não poder apresentar a documentação contábil que

comprovaria garantia para o empréstimo (SILVA et al., 2004). Dessa forma, este acontecimento serviu como base para que os representantes do país pudessem ver o nível de falta de informações contábeis e financeiras que o Brasil enfrentava.

Como uma maneira de corrigir a falta de um sistema contábil apropriado, que não representava o momento de crescimento que o país se encontrava, no início de 1922, foi assinado pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, o Decreto nº 4.536 que aprovou o Código de Contabilidade Pública. Com este código, a área pública foi revolucionada através de uma reorganização do orçamento público e do sistema contábil. Além disso, o decreto institui que a Contabilidade dos entes federativos compreendendo os atos que correspondem às contas de gestão patrimonial no controle de receitas e despesas do país, também determinou que a diretoria central contábil fosse responsável por organizá-las, orientá-las e fiscalizá-las em todos os atos de escrituração das repartições federais (FÉLIX, 2013).

O código de contabilidade pública de 1922 foi um esforço sistemático para a ascensão de um plano contábil mais informativo, com esforços de sistematização e organização para se construir uma contabilidade realmente informativa. Este acontecimento caracterizava uma preocupação maior dos representantes governamentais com a população, compreendendo que devia ser dar um destino correto para a arrecadação pública, que beneficiaria a população como um todo, mas ainda não havia transparência nas contas. Dessa forma, notava-se que a falta de transparência era um sinal nítido de enfraquecimento da administração patrimonial (LOCK e PIGATTO, 2005).

A contabilidade pública no Brasil tomou força em 1964, a partir da Lei Federal nº4.320/1964, no então governo do presidente João Goulart, que constituiu normas gerais de direito financeiro com o objetivo de o programa de trabalho da República Federativa do Brasil e evidenciando a política econômica financeira, além da elaboração e o controle das receitas e despesas dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o Art. 2 da Lei nº4.320/1964, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964).

De acordo com Ribeiro (2009), outro decreto importante para a contabilidade pública foi o decreto-lei nº 200, de 1967, que autorizou a reforma administrativa federal, sendo considerado o primeiro momento da administração gerencial. A partir deste decreto, houve mudança no controle interno, passando a dar ênfase ao processo de fiscalização financeira, além de mudança nas atividades de produção de bens e serviços para fundações, autarquias e sociedade de economia mista.

Em fevereiro de 1980, houve a criação da CNM, confederação criada no estado de São Paulo com o objetivo de fortalecer o movimento dos municípios e a independência dos municípios, utilizando iniciativas políticas e técnicas que visam uma gestão mais eficiente. Constituição Federal de 1988, o planejamento brasileiro passou a ser expreso por Além disso, sua atuação é voltada à representação político-institucional dos Municípios em junção com o Governo Federal e ao Congresso Nacional, fortalecendo a gestão municipal, buscando proporcionar uma assessoria política tanto técnica quanto administrativa para conduzir soluções das demandas municipais e uma formulação de diretrizes buscando um descentralização político-administrativa da União e estados (CNM, 2021)

Com a Constituição Federal de 1988, o planejamento brasileiro passou a ser expreso por meio de três leis, de iniciativa do Poder Executivo e submetidas e aprovadas pelo Poder Legislativo. O artigo 165 da Constituição, trata dos orçamentos, determinou que o Executivo estabelecesse o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e os orçamentos anuais (LOA) (ANDRADE, 2020). Além disso, o parágrafo do §3, do mesmo artigo, determina a elaboração do RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) que tem como objetivo demonstrar a cada bimestre as receitas e despesas executadas, em confronto com as previstas, para todos os entes. Com isso, foi criado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis que foi criado a partir de um convênio firmado entre a União Federativa do Brasil e a Caixa Econômica Federal com o objetivo de coletar dados contábeis dos municípios e estados brasileiros, nos quais se encontravam o RREO e o RGF.

3.2 FATOS HISTÓRICOS DOS RELATÓRIOS PÚBLICOS ANTES DO SICONFI

No processo de evolução das contas públicas no Brasil, foi analisada a necessidade de criação de um sistema para o gerenciamento de entrega e processamento dos dados contábeis informados pelos entes. No novo milênio, o governo federal criou a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como LRF, que segundo Cochrane (2003) tinha como função principal melhorar a gestão governamental por meio de normas de finanças públicas, a fim de ter uma maior transparência com relação ao arrecadamento, planejar ações governamentais e utilização dos recursos públicos.

Com esse entendimento, a LRF abrange todos os órgãos de todos os Poderes, fundações, autarquias, fundos e empresas estatais dependentes de todos os entes da Federação e firma o surgimento da contabilidade gerencial pública sendo exercida pelo profissional de contabilidade desta área, que surge como o instrumento de controle inovador da gestão fiscal

pública, prevenção e correção de situações que comprometem o equilíbrio das contas públicas (BRASIL, 2000).

Outro fator importante, a partir desta lei, o RREO passou a ser uma publicação bimestral no qual são apresentadas as informações contábeis e fiscais consolidadas de cada ente do Brasil, reunindo as informações fiscais bimestrais da execução orçamentária dos poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, no qual também estão incluindo a Defensoria Pública e o Ministério Público, devendo ser divulgado em todas as esferas da federação brasileira (TESOURO NACIONAL, 2023).

Além das demonstrações, a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe também transparência na divulgação das contas dos entes, por exemplo, exigindo sua divulgação em sítio eletrônico tornando a contabilidade pública ferramenta de auxílio à transparência e controle social. Essas informações são disponibilizadas aos interessados, que podem se utilizar de indicadores para analisar se as contas estão sendo geridas do modo esperado. Apesar de uma maior fonte de dados para uso na contabilidade pública, estudos demonstram que não há muitos trabalhos na área, principalmente após a atualização das informações e criação do Siconfi, sistema que se consolida como instrumento eficaz no recebimento dos saldos das contas e das declarações contábeis dos entes públicos (OLIVEIRA et al., 2013).

A contabilidade pública ainda se ressentia de um conjunto de normas profissionais que contemplassem a teoria da contabilidade e melhor aplicassem os princípios fundamentais da contabilidade sob a perspectiva do setor público. O Conselho Federal de Contabilidade - CFC (2003, p. 25) conceitua que:

“Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades.” (CFC, 2003)

A contabilidade pública também necessitava da sistematização de práticas contábeis adotadas por todos os entes da federação, relativas ao reconhecimento, registro, mensuração, avaliação e controle do patrimônio. O reconhecimento do que deve ser registrado e quando; a evidenciação de como se deve demonstrar e a mensuração que qualifica e quantifica o que deve ser registrado. Em que pese a necessidade de aplicação de novos procedimentos contábeis, a chamada nova contabilidade pública brasileira não introduziu nenhuma nova

legislação, apenas veio disciplinar o que já estava contido na própria legislação federal, que era cumprida apenas no âmbito orçamentário.

3.3 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS E IMPLANTAÇÃO DO SICONFI

O Ministério da Fazenda, em agosto de 2008, publicou a portaria MF nº 184 com o intuito de contribuir na aproximação das normas brasileiras de contabilidade pública com as regras internacionais, no qual determinou que a STN, órgão principal do sistema contábil do setor público, devendo haver a convergência das normas internacionais de contabilidade, publicadas pela International Federation of Accountants (IFAC) e também as normas brasileiras de contabilidade pública editadas pela CFC, respeitando os aspectos conceituais estabelecidos na legislação objetivando a identificação das convergências entre as normas internacionais e nacionais, editando normas manuais e instruções para os procedimentos contábeis buscando elaborar e publicar as demonstrações contábeis consolidadas (BRASIL, 2008).

Esta portaria dispõe as diretrizes a serem observadas pela área pública (abrangida pelos entes públicos União, Estados e Municípios) em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes às do IPSAS (publicadas IFAC¹) e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP (feitas pelo CFC).

Através desta portaria, a STN edita o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público) anualmente, de acordo com as IPSAS e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, determinando também regras e procedimentos contábeis a serem seguidos pela administração pública. Ainda em 2008, o CFC publicou as NBCASP, que também fazem parte do processo de convergência às normas internacionais e as mesmas têm observância obrigatória para as entidades do setor público (TESOURO NACIONAL, 2013).

Dessa forma, nota-se que as normas visam fazer a convergência dos padrões contábeis brasileiros à normas internacionais e a maior transparência das ações dos governos, sendo uma das premissas básicas da nova contabilidade pública brasileira a harmonização e uniformização pelos entes federados da aplicação integral dos princípios fundamentais de

¹ IFAC (Federação Internacional de Contadores) organização global da classe de profissionais contábeis que tem como objetivo fortalecer a profissão, assim como o desenvolvimento econômico global, através de normas e padrões que auxiliam na educação contábil, ética e do setor público.

contabilidade e das boas práticas governamentais em demonstrativos que reflitam adequadamente a despesa, a receita, o crédito orçamentário e o patrimônio público.

Após cinquenta anos da Lei nº 4.320/1964, a STN, órgão central da contabilidade pública no Brasil, apresentou uma ferramenta para encaminhar e consultar informações contábeis, financeiras e fiscais oriundas do SICONFI. Abrangendo os relatórios e informações previstos na LRF provindos dos poderes e órgãos que compreende todos os 5.568 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União Federativa do Brasil. Este programa foi desenvolvido pelo Tesouro Nacional juntamente com o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) para aprimorar a qualidade da informação do Setor Público, além de padronizar os mecanismos de consolidação das contas públicas e aprimorar a forma de obtenção e divulgação dos dados. Além disso, é formado de duas interfaces com finalidades distintas: a chamada área pública, de livre navegação e acessível a qualquer interessado; e, a área restrita, privativa de usuários cadastrados, alimentadores do sistema por meio da inserção de informações certificadas, bem como de servidores encarregados da manutenção do portal (BRASIL, 2023).

É importante ressaltar, que atualmente como instrumento habilitado para alcançar os ambiciosos objetivos que ultrapassam a modernização das práticas contábeis aplicadas no setor público nacional, tais como: receber a Matriz de Saldos Contábeis, estrutura padronizada para o recebimento de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins da consolidação das contas nacionais, em conformidade com os acordos internacionais; desenvolvimento e implementação da taxonomia da contabilidade do setor público e facilitar a produção e análise de informações fiscais e contábeis (CNM, 2021).

Com o intuito de mostrar uma gestão fiscal com o mais alto nível de transparência entre as entidades públicas federais, foi implementado a portaria nº 642, de 20 de setembro de 2019 que afirma que o SICONFI deve seguir informações dos dados contábeis, fiscais e financeiros, como também mostrar o cumprimento de artigos da LRF. Além disso, a Lei de Responsabilidade também afirma que o sistema de realizar a DCA (Declaração de Contas Anuais), com o objetivo de relacionar a estrutura direta e indireta da administração pública, no qual há a consolidação dos dados (BRASIL, 2019).

Esta portaria estabeleceu regras para o recebimento e disponibilidade dos dados contábeis e fiscais dos entes a partir do SICONFI, buscando aprimorar o atendimento dos dispositivos legais que são aplicados aos entes da federação, buscando assim o início de uma

unificação de sistemas de execução orçamentária uma maior transparência das contas públicas, resguardando a autonomia dos poderes das entidades federais (CNM, 2022).

Com o intuito de mostrar uma gestão fiscal com o mais alto nível de transparência entre as entidades públicas federais, foi implementado o SIAFIC (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle) por meio do decreto 10.540/2020 afirmando que:

“§ 1º O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluídos os módulos complementares, as ferramentas e as informações dela derivados, utilizada por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluídas as defensorias públicas de cada ente federativo, resguardada a autonomia, e tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial e controlar e permitir a evidenciação...”
(BRASIL, 2020)

O decreto trata este novo sistema como um aprimoramento da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de que os poderes e órgãos federais, municipais e Distrito Federal utilizem sistemas únicos para a execução orçamentária e financeira, assegurados pelo Poder Executivo, prevendo que todos os Poderes e órgãos dos governos federal, estaduais, municipais e Distrito Federal devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardando a autonomia dos poderes dos entes federativos (CNM, 2022).

Dessa forma, nota-se que o SIAFIC foi uma reformulação do governo federal na área da tecnologia de informação, no qual o Governo Federal objetiva padronizar a consolidação das contas nacionais, em todos os níveis da esfera pública.

4. RESULTADO DA PESQUISA

Nesta seção, serão apresentados e analisados os resultados adquiridos após a coleta de dados junto aos três profissionais contábeis da Sociedade Comercial de Assistência Municipal.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DO ESCRITÓRIO

A essência deste tópico é identificar as informações apropriadas aos perfis dos entrevistados, assim como dados referentes a empresa que atua na prestação de serviços contábeis para municípios.

No início da entrevista, os profissionais contábeis foram questionados sobre sua experiência na área, seu grau de formação e se possuem alguma pós-graduação. Com base nas respostas do entrevistados foi elaborada o seguinte quadro 02 , com suas experiências profissionais e o tempo de cada entrevista:

QUADRO 02 – DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entrevistados	Tempo de atuação no setor contábil público	Possui pós-graduação ou especialização	Duração da entrevista
Contadora sócia	23 anos	Sim	20 min e 14 seg
Gerente	10 anos	Sim	30 min e 48 seg
Contador afiliado	11 anos	Sim	29 min e 50 seg
Total			70 min e 52 seg

Fonte: Elaboração Própria

Em questionamento sobre as principais atividades da sociedade, sua fundação e a atual quantidade de municípios no quais a empresa presta serviço, as respostas dos entrevistados foram:

“Começamos nossas atividades em 1981, nossas atividades são a assessoria e consultoria dos órgãos públicos (previdência social, câmaras e prefeituras), sou responsável pelas finanças da sociedade e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)[...] Atualmente estamos prestando serviços a cinco municípios” (Contadora sócia).

“A empresa está no ramo de assessoria contábil de entes públicos há mais de 40 anos. Atualmente nossa atividade é focada na consultoria dos municípios da zona da mata norte. Sou responsável pelos fechamentos mensais das contas, da elaboração dos RREO, assim também, como do SIOPE e SIOPS[...] Temos prestado serviços a cinco municípios” (Gerente).

“Prestamos serviços há mais de 40 anos, fazemos assessoria e consultoria nos órgãos públicos municipais, além de assessoria contábil nas campanhas políticas. Minha participação no escritório é na elaboração dos RREOs[...] No ano de 2023 prestamos serviços a cinco municípios” (Contador afiliado)

Com base na exposição dos relatos, percebe-se que o escritório é tradicional na zona da mata norte do estado de Pernambuco, tendo se estabelecido em 1981, sendo criada um pouco depois da criação do Comitê Nacional dos Municípios, no qual seu trabalho sempre foi voltado para a assessoria contábil dos órgãos públicos. Na percepção de tempo de trabalho dos entrevistados, nota-se que há diferença de tempo de experiência, mas possuem um conhecimento abrangente sobre o setor público.

4.2 FATOS HISTÓRICOS DOS RELATÓRIOS PÚBLICOS ANTES DO SICONFI

O foco desta seção consiste em identificar as experiências vividas pelos entrevistados e seus relatos de como era a contabilidade do setor público antes da implementação do SICONFI.

Quando questionados sobre como era a elaboração dos relatórios antes do SICONFI, os entrevistados alegaram que:

“Era bastante trabalhoso e não era tão confiável, pois tínhamos que alimentar as planilhas uma a uma. Com isso aumentava o índice de erros.” (Contadora sócia).

“Como os relatórios eram feitos de maneira manual, havia um tempo maior de elaboração. Além de fazermos retificações por conta dos erros.” (Gerente).

“Antes da implementação do Siconfi, os relatórios demandavam maior tempo para o preenchimento manual o que por muitas vezes ocasionava erros de digitação no preenchimento das informações, além de maior utilização de mão-de-obra.” (Contador afiliado)

Nota-se que são opiniões iguais, mas que confrontam os estudos realizados por Cochrane (2003) afirmando que a LRF tem o objetivo de ter uma maior confiabilidade dos demonstrativos. Porém, de acordo com os entrevistados, como não havia um sistema para o preenchimento automático das informações, as mesmas eram feitas de maneira manual o que, como consequência, ocasionava uma quantidade significativa de erros e uma menor credibilidade dos relatórios.

Após serem perguntados sobre a elaboração dos certificados, foram perguntados sobre suas opiniões em relação o Comitê Nacional de Municípios e suas respostas foram:

“Com ela, os municípios passaram a ter mais voz e a principal mudança foi o aumento da responsabilidade do contador em relação ao julgamento das demonstrações contábeis.” (Contadora sócia)

“Ao meu ver, o comitê foi criado com o intuito de representar todos os municípios sejam eles pequenos ou grande, e entre eles tentar igualar todos numa única discussão sobre problemas enfrentados” (Gerente)

“Houve uma mudança positiva, porque as demandas que por vezes são semelhantes e diversos municípios ganham força e são mais vistas quando apresentadas não individualmente, mas sim por uma entidade representativa.” (Contador afiliado)

Dessa forma, nota-se que os gestores mostram que os objetivos traçados pela CNM a partir de sua criação em 1980, que objetivava fortalecer a autonomia dos municípios e ter uma representação municipal, fazendo com que os municípios de poucos habitantes tenham a mesma representatividade que uma metrópole.

4.3 FATOS HISTÓRICOS: IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO E DO SICONFI

Esta seção tem como objetivo identificar como os profissionais contábeis vivenciaram as mudanças com a implementação das novas normas contábeis com foco no setor público e a implementação do SICONFI.

De início, tentou-se entender como foi a experiência com a implementação das normas brasileiras de contabilidade ao setor público e se houveram vantagens ou desvantagens com esta implantação. Os entrevistados destacaram as seguintes respostas:

“ Essa vinda das normas foi de forma tranquila e baseada em atualizações na legislação e treinamentos direcionados... Ao meu ver foram apenas vantagens, a principal que observei foi a ampliação do controle contábil sobre o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento governamental: LOA, LDO e PPA”. (Sócia contadora)

“[...] As normas de contabilidade são traduzidas a partir das normas internacionais, que são trazidos para os relatórios demonstrados aos órgãos de competência fiscalizadores. Ao meu ver, só houveram vantagens com sua implementação porque com elas os princípios contábeis são seguidos com rigor e aumenta a fiscalização dos entes[...]” (Gerente).

“Do mesmo modo com o advento e início do Siconfi, onde o novo se apresenta com desafios e com avanços, modernizações de normas de trabalho, mas com a convicção de que tudo que estava apresentando-se tinha uma finalidade maior de ofertar mais segurança na confecção dos relatórios contábeis para uma melhor tomada de decisão” (Contador afiliado)

Com isso, entende-se que a implantação das normas contábeis públicas foi necessário para proporcionar uma maior confiabilidade das informações contábeis, fazendo com que haja uma maior transparência dos entes públicos em relação às suas contas.

Com isso, os resultados da entrevista se aproximam do objetivo descrito pelo Tesouro Nacional (2013) que afirma que a portaria MF nº184 tinha o intuito de contribuir na aproximação das normas brasileiras de contabilidade pública com as regras internacionais e

umentar a confiabilidade das informações contábeis. Tendo em vista, os relatos dos entrevistados nota-se que o objetivo definido pelo Ministério da Fazenda foi atingido

Após isso, foram perguntados se com a criação das normas houve alteração na responsabilidade. E essas foram suas respostas:

“Sim, com a mudanças e inclusão de normas, demonstrativos novos, o profissional contábil passou a participar mais do processo, com a responsabilidade da alimentação e do entendimento do setor público [...]” (Gerente)

“Sim, o contador passou a ser responsabilizado através do código de processo civil, onde se aplica a responsabilidade civil subjetiva.” (Sócia contadora)

“Na minha visão, o contador ainda continua tendo muita responsabilidade em conjunto com os ordenadores, então não houve nenhum fato que mudasse essa situação o contador sempre teve bastante responsabilidade” (Contador afiliado)

Com isso, as respostas apontam que antes da implantação das normas o contador já possuía responsabilidade, mas com o aumento na produção de relatórios houve um aumento na responsabilidade do profissional contábil já que para os relatórios contábeis serem aceitos pelo Tribunal de Contas tem que haver a assinatura de um contador com cadastro no Conselho Federal de Contabilidade, afim de manter um nível alto de confiabilidade nas demonstrações.

Logo após, foram questionado de que existe alguma desvantagem na normas aplicadas ao setor público, e suas respostas foram:

“Não vejo nenhuma desvantagem[...]” (Sócia contadora)

“As desvantagens é o seguinte, na elaboração das normas deveria haver uma consulta com o ministério público, Tribunal de Contas, contadores e gestores para discutir a realidade de cada ente federativo. Um dos principais problemas das normas é que a realidade de cada município é diferente, há uma divergência muito grande entre as cidades do nosso país. Uma norma aplicada num município de 15 mil habitantes é mesma aplicada em municípios com mais de 1 milhão de habitantes” (Gerente)

“ [...] Ao meu ver não há desvantagem.” (Contador afiliado)

Portanto, nota-se que houve uma divergência entre as respostas, na qual a sócia e o contador afiliado acreditam que o objetivo de acordo com a portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, foi atingido pois as normas têm como objetivo trazer mais transparência, eficiência para a gestão pública e igualdade entre as gestões municipais. Porém, para o gerente esse objetivo não foi completamente atingido, pois segundo ele as normas deveriam ser divididas pela demografia de cada município.

É importante ressaltar, que após as perguntas sobre a implementação das normas contábeis do setor público. Houve a introdução da temática do SICONFI, no qual os gestores foram perguntados sua opinião sobre a automação dos relatórios contábeis e se houve vantagens com esta inserção, eles responderam:

“ Foi uma mudança para melhor, pois houve a redução de tempo na geração das informações, sendo apenas preenchidas de forma mais rápida, confiável e eficaz.[...] Houveram muitas vantagens, porém a principal foi a rapidez nas informações, além de qualidade e precisão no trabalho; agilização da programação financeira” (Sócia contadora)

“Afetou por ter um aumento na demanda de envio e execução dos relatórios que são enviados ao SICONFI, mas por outro lado a transparência pública passou a ser maior[...] Ao meu ver é sempre vantajoso, pois a transparência é mais efetiva para a sociedade, como também usuário dos recursos públicos” (Gerente)

“ Afetou de maneira positiva, automatizando as atividades e assim não havendo o preenchimento manual de planilha. Porém houve um aumento significativo na demanda de relatórios” (Contador afiliado)

Dessa forma, nota-se que todos os participantes estão de acordo com as ideias trazidas pela CNM (2022) que acredita que com SICONFI ocorreram mudanças positivas para a contabilidade pública, no qual busca por uma maior transparência na execução orçamentária e na eficiência dos relatórios enviados.

Após isso, foram perguntados se houve treinamento para os funcionários do escritório e se houveram custos com a implementação do SICONFI. E suas respostas foram:

“ Tivemos que comprar alguns hardwares para melhorar os computadores e também conseguir um sistema contábil[...] Nós temos treinamentos através de cursos preparatórios, seminários e palestras. Após a implantação houve um gasto em alocar um sistema de contabilidade digital, no qual escolhemos o SCPI(Sistema de Contabilidade Público Integrado, que além de ser o nosso sistema operacional, também nos disponibiliza palestras.” (Contadora sócia)

“Houve o custo de aumentar o processamento dos computadores e de comprar um sistema[...] Sim, sempre temos treinamentos por parte dos sistemas de contabilidade, quanto do governo através do STN e também dos tribunais de conta” (Gerente)

“Por meio de cursos internos, pelo nosso sistema de contabilidade e também por cursos externos de capacitação. Teve apenas o custos de alocação de um sistema” (Contador afiliado)

Dessa forma, nota-se que houve um gasto significativo com a implementação do SICONFI, pois após sua implantação houve a necessidade de atualização dos computadores para aguentar processar além do SICONFI, um sistema contábil que facilita no preenchimento dos relatórios exigidos. Além disso, percebe-se a preocupação dos órgãos capacitados de disponibilizar cursos para manter os profissionais contábeis atualizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização da pesquisa foi possível analisar as experiências vivenciadas a partir das mudanças históricas ocorridas na contabilidade pública e do SICONFI, na percepção dos gestores de uma empresa de prestação de serviços contábeis na área municipal. A pesquisa foi realizada com três gestores de uma empresa de assistência municipal, sendo uma sócia, um gerente e um contador afiliado.

Foi utilizado um roteiro de entrevista para a coleta dos dados com os gestores que atuam na área contábil pública, identificou-se que todos os gestores analisam que as mudanças ocorridas a partir das normas contábeis específicas para o setor público trouxe para uma maior transparência e confiabilidade das informações contábeis.

Em relação ao SICONFI, foram identificados benefícios para empresa de prestação de serviços na área municipal, pois com este sistema as informações contábeis passaram a ser confiáveis após a automatização de etapas de escrituração. Além disso, houve o aumento da praticidade na vida do profissional contábil, porque mesmo havendo mais relatórios para serem enviados, de acordo com um dos entrevistados, a velocidade com que são feitos fazem com que o trabalho ficasse mais rápido. Notou-se que para a empresa está preparada para utilizar o sistema foi necessário um investimento de hardwares, a fim de aumentar o processamento e de um software para otimizar a obtenção dos dados para o preenchimento dos relatórios contábeis. Já em virtude dos cursos realizados, são disponibilizados pelo SCPI (Sistema de Contabilidade Pública Integrada), Tribunal de Contas e da Secretaria de Tesouro Nacional, sendo todos gratuitos, gastando apenas com transporte e hospedagem.

Por fim, através deste estudo foi possível observar a falta de trabalhos acadêmicos que abordam a temática sobre o Comitê Nacional dos Municípios, pois o assunto é de grande importância para a contabilidade pública. E, por fim, esta pesquisa deixa uma pauta a ser tratada em pesquisas futuras sobre o SIAFIC criado com o objetivo de assegurar a transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos, facilitando o envio dos dados do SICONFI.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Complementar nº101**, de 4 de maio de 2000. Disponível

em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm . Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

BRASIL, **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm . Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da fazenda , **Portaria nº 184**, de 25 de agosto de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL, Tesouro Nacional. **Encaminhar e consultar informações contábeis, financeiras e fiscais**. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/encaminhar-e-consultar-informacoes-contabeis-financeiras-e-fiscais>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

Conselho Federal de Contabilidade. **CFC publica a norma Estrutura Conceitual da contabilidade pública**. Disponível em:

<https://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-a-norma-estrutura-conceitual-da-contabilidade-publica/>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.

CHELA, K. K.; SERPE, M. **A evolução da contabilidade: contabilidade manual a tecnológica**. Disponível em:

<https://contadores.cnt.br/noticias/artigos/2014/09/30/a-evolucao-da-contabilidade-contabilida-de-manual-a-tecnologica.html>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.

CNM. **Atuação**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/institucional/conhecaacnm#atuacao>. Acesso em: 04 de abril de 2023

FEIJÓ, P .H. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Brasília, 2013, **Editora Gestão Pública**.

FÉLIX, LEONARDO PEDRO. Evolução da contabilidade pública. Trabalho de Conclusão de Curso. **UNICEUB**, 2013.

GATTINI, M. **Um Histórico da Profissão Contábil e de seu Sindicato**. Disponível na página do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre: www.scpa.org.br. Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 5ª ed. São Paulo: **Atlas**, 1997.

LÉON, L. de. **Contabilidade brasileira: sete décadas de evolução**. Disponível em:
<https://www.deducao.com.br/index.php/contabilidade-brasileira-sete-decadas-de-evolucao/>.

Acesso em: 20 de dezembro de 2022

LIMA, D. V. de. Contabilidade pública: a nova contabilidade pública municipal. Volume 4. Edição única. **Coletânea gestão pública municipal**, 2012.

LOCK, F. do N.; PIGATTO, J. A. M. **A dificuldade de alinhamento entre a contabilidade pública brasileira e o Government Finance Statistics – GFS**. Revista Eletrônica de Contabilidade Curso de Ciências Contábeis UFSM. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/161>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 1994.

MEDEIROS, V. **História da contabilidade**. Disponível em:

<http://www.valdecicontabilidade.cnt.br/wp/contabilistas/nossa-historia/historia-da-contabilidade/>. Acesso em: 27/09/2022.

MINAYO, M. C. S. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Editora Vozes**, 2002.

OLIVEIRA, S. C. M et al.(2013). **Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público**. In XX Congresso Brasileiro de Custos. Uberlândia: Associação Brasileira de Custos. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/125>. Acesso: 10 de abril de 2023.

REIS, A. J. SILVA, L. S., 2007. A História da Contabilidade no Brasil. **Universidade Salvador - Unifacs**, Salvador/BA.

SERPRO. **Siconfi- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público brasileiro**. Disponível em:

<http://intra.serpro.gov.br/linhas-negocio/catalogo-de-solucoes/solucoes/principais-solucoes/siconfi-sistema-de-informacoes-contabeis-e-fiscais-do-setor-publico-brasileiro>. Acesso em: 15 de março de 2023.

SILVA, A.; MARTINS, W. História do pensamento contábil. 2ª edição. Curitiba, PR. **Juruá editora**, 2006.

SILVA, C. C. E. et al. **Evolução da contabilidade pública**. 2004. 21 f. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO. **A Nova Contabilidade Pública: Importância, mudanças e responsabilidades**. Cuiabá, 2011. 28 p. Disponível em: <https://www.tce.mt.gov.br/publicacoes-tecnicas/253> . Acesso em 13 de agosto de 2022.

7. APÊNDICES

APÊNDICE 1

APÊNDICE 1

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA

ENTREVISTA 7.1 ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA

ENTREVISTA

AS MUDANÇAS DA CONTABILIDADE PÚBLICA E DO SICONFI NA ÓPTICA DOS GESTORES DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA ÁREA MUNICIPAL.

O(a) Senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de graduação, para elaboração de um TCC com o objetivo de analisar as experiências vivenciadas a partir das mudanças históricas ocorridas na contabilidade pública e do SICONFI na percepção dos gestores de uma empresa de prestação de serviços contábeis na área municipal.

O responsável pela pesquisa é o discente Marcelo Raphael Bernardo Nascimento, sob orientação da Profa. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes. Todas as informações aqui registradas serão para fins científicos e não serão expostas de forma individual como proteção do respondente (LGP Dados - Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 garantindo o respeito à dignidade humana e resguardando a devida proteção aos participantes).

Aceito participar da pesquisa

No momento não estou disponível

SEÇÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS GESTORES E DO ESCRITÓRIO

Objetivo: identificar as informações relativas ao perfil do entrevistado, bem como os dados referentes ao escritório prestador dos serviços contábeis.

- 1- Qual o seu grau de instrução? (técnico, superior)?
- 2- Possui pós-graduação? (especialização, mestrado, doutorado)
- 3- Há quanto tempo atua na área de contabilidade pública?
- 4- Hoje a equipe do escritório é composta por quantas pessoas?
- 5- Quais as principais atividades do escritório?

SEÇÃO 2 – FATOS HISTÓRICOS DOS RELATÓRIOS PÚBLICOS ANTES DO SICONFI

Objetivo: identificar como era o processo de elaboração dos relatórios contábeis na área pública

- 1- Na sua óptica, como eram os relatórios contábeis antes do SICONFI?
- 2- Na sua percepção, como a automação dos relatórios contábeis afetou os profissionais da área?
- 3- Quando você soube das mudanças que ocorreriam nos relatórios contábeis com a criação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao Setor Público?
- 4- Qual a reação dos profissionais com a introdução do SICONFI?
- 5- Como ocorreu o treinamento sobre o SICONFI?
- 6- É possível identificar as principais vantagens e desvantagens do SICONFI?

SEÇÃO 3 – FATO HISTÓRICO: IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Objetivo: Identificar como os profissionais contábeis vivenciaram as mudanças com a implementação das normas contábeis com foco no setor público

- 1- Na sua percepção, como foi sua experiência com a implementação das normas

brasileiras de contabilidade Aplicada ao Setor Público?

2- Quais as vantagens e benefícios com o processo de implementação das normas brasileiras de contabilidade Aplicada ao Setor Público?

3 - Quais as desvantagens que você observou com a implementação das normas brasileiras de contabilidade Aplicada ao Setor Público?

4- Houve mudanças na responsabilidade do profissional contábil?

5 – Quais os problemas e obstáculos para que as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao Setor Público, possam ser totalmente aplicadas pelas entidades municipais?

6- Quais as mudanças observadas com a criação da Confederação Nacional dos Municípios?

7- Quais as mudanças realizadas para atender ao novo padrão de contabilidade aplicada ao setor público? Houve aumento de custos?

8-Como foram realizados os treinamentos da equipe para atender às novas demandas exigidas pelas NBCTs?

APÊNDICE 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA:**

“AS MUDANÇAS DA CONTABILIDADE PÚBLICA E DO SICONFI NA ÓPTICA DOS GESTORES DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA ÁREA MUNICIPAL”

Prezado (a) Senhor (a) _____

Esta pesquisa é sobre a evolução da contabilidade pública da óptica de uma empresa de assistência municipal por Marcelo Raphael Bernardo Nascimento, graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dra. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes.

O objetivo geral do estudo é analisar as experiências vivenciadas a partir das mudanças históricas ocorridas na contabilidade pública e do SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), na percepção dos gestores de uma empresa de prestação de serviços contábeis na área municipal.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a academia na compreensão de que as inovações tecnológicas da contabilidade pública acarretaram em mudanças na qualificação profissional, além da sua modificação e continuidade na elaboração dos relatórios.

Solicitamos a sua colaboração para participação de uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências sociais aplicadas e publicação em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, integridade física ou moral, tampouco trará quaisquer implicações que possam afetar as suas atividades, na esfera administrativa ou jurídica, sendo possível apenas o desconforto físico ou mental pelo tempo e teor da entrevista.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considerem necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal
OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador: Marcelo Raphael Bernardo Nascimento / celular: (81) 97324-9394 /marcelo.raaphael@ufpe.br

Endereços:

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas
AV. Prof. Moraes Rego, Cidade Universitária - CEP 50.670-901- Recife/PE
Telefone: +55 (83) 3216 7285 - <http://ccsa.ufpe.br/ppgcc> - e-mail: ppgcc@ccsa.ufpe.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável